



## **Burguesia dependente e as bases de construção da hegemonia no Brasil**

Isabela Ramos Ribeiro<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo busca discutir como a burguesia dependente brasileira constrói sua hegemonia a partir de sua organização no âmbito da sociedade civil. Persegue-se, então, o objetivo de verificar como as demandas das frações burguesas se expressam em alterações nas políticas econômicas e sociais. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, com análise dos documentos das entidades da classe burguesa que representam suas frações industrial (CNI), agrária (CNA), comercial (CNC) e bancário-financeira (Febraban). A pesquisa evidenciou os limites do projeto de conciliação de classes baseado no momento econômico internacional favorável, com seu respectivo esgotamento, e a forma de atuação da burguesia dependente no contexto de crise que culminou no golpe sobre o governo Dilma. Foi possível demonstrar os enlaces da política econômica com o pacto de classes do Plano Real, bem como o papel das políticas sociais na retomada da acumulação e na recomposição da hegemonia, com a conseqüente perpetuação da dependência.

**Palavras chave:** Hegemonia, Dependência, Frações burguesas, Partido dos Trabalhadores.

## **Burguesía dependiente y las bases para construir la hegemonía en Brasil**

### **Resumen**

Este artículo busca discutir cómo la burguesía dependiente brasileña construye su hegemonía desde su organización en el ámbito de la sociedad civil. El objetivo, entonces, es verificar cómo las demandas de las fracciones burguesas se expresan en cambios en las políticas económicas y sociales. Para ello se realizó una investigación bibliográfica y documental, con análisis de los documentos de las entidades de la clase burguesa que representan sus fracciones industrial (CNI), agraria (CNA), comercial (CNC) y bancario-financiera (Febraban). La investigación reveló los límites del proyecto de conciliación de clases basado en el favorable momento económico internacional, con su respectivo agotamiento, y la forma en que actuó la burguesía dependiente en el contexto de la crisis que culminó con el golpe sobre el gobierno de Dilma. Fue posible demostrar los vínculos de la política económica con el pacto de clases del Plano Real, así como el papel de las políticas sociales en la reanudación de la acumulación y en el restablecimiento de la hegemonía, con la consiguiente perpetuación de la dependencia.

**Palabras clave:** Hegemonía, Dependencia, Fracciones burguesas, Partido de los trabajadores.

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS), na linha de pesquisa "Estado, hegemonia e política na América Latina". ramosribeiro.isabela@gmail.com

## Dependent bourgeoisie and the bases for building hegemony in Brazil

### Summary

This article seeks to discuss how the Brazilian dependent bourgeoisie builds its hegemony based on its organization within the scope of civil society. The objective, then, is to verify how the demands of the bourgeois fractions are expressed in changes in economic and social policies. For this, bibliographical and documentary research was carried out, with analysis of the documents of the entities of the bourgeois class that represent their industrial (CNI), agrarian (CNA), commercial (CNC) and banking-financial (Febraban) fractions. The research showed the limits of the project of class conciliation based on the favorable international economic moment, with its respective exhaustion, and the form of action of the dependent bourgeoisie in the context of the crisis that culminated in the coup over the Dilma government. It was possible to demonstrate the links of economic policy with the Plano Real classes pact, as well as the role of social policies in the resumption of accumulation and in the restoration of hegemony, with the consequent perpetuation of dependency.

**Key words:** Hegemony, Dependency, Bourgeois fractions, Workers' Party.

### Introdução

O ciclo do capital nas economias dependentes pressupõe a transferência de valor aos países centrais, em decorrência da troca desigual. Embora apareça como um problema na circulação, pois se concretiza por mecanismos como remessa de lucros, pagamento de juros e serviço da dívida, a transferência de valor está relacionada primeiramente às condições de produção. De acordo com Marini (2012a, p. 52), “uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção”. Há, então, uma ruptura entre produção e necessidades de consumo das massas, fazendo com que o mercado interno não seja diretamente vinculado ao desenvolvimento da economia nacional (MARINI, 2011).

Nesse contexto, a superexploração da força de trabalho surge como mecanismo de compensação das perdas das burguesias locais por conta da contínua transferência de valor. Essa forma peculiar de extração da mais-valia, a qual permite remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor, caracteriza-se como o princípio fundamental da economia subdesenvolvida (MARINI, 2011, 2012b). O capitalismo dependente subordinado desenvolve uma burguesia *sui generis* que articula mecanismos, em conjunto com o Estado, para manter a superexploração e suas justificativas políticas.

A burguesia dependente é caracterizada por Gunder Frank (1978) como lumpenburguesia, a qual cria políticas de desenvolvimento do subdesenvolvimento, ou seja,

uma burguesia que em sua concepção e estrutura precisa manter o subdesenvolvimento para sobreviver enquanto classe dominante. Desde a colonização, na América Latina, as classes dominantes que se conformavam eram dirigidas por latifundiários e exportadores, sem qualquer interesse no desenvolvimento interno. As independências formais continuaram a atender os interesses externos, e o imperialismo exigiu mudanças internas que uma vez mais condicionaram a estrutura econômica e de classes. Nesse projeto imperialista, a lumpenburguesia é a sócia menor do capital estrangeiro, criando políticas, por meio do Estado, que sustentam as economias no lugar do subdesenvolvimento (FRANK, 1978).

Tal relação de subordinação ativa da burguesia dependente ao imperialismo é condensada no Estado, apresentando mediações diferenciadas daquelas dos países centrais para a configuração da sociedade civil, do Estado e para a construção da hegemonia. Para Gramsci (2019, p. 228), sociedade civil corresponde à “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”, que se materializa no conjunto das organizações assim chamadas privadas. Já a sociedade política está relacionada ao aparato governamental e aparato coercitivo, e a hegemonia se agrega ao aparato coercitivo, alargando o Estado. No caso do Brasil, as organizações privadas da burguesia brasileira componentes da sociedade civil, embora supostamente autônomas, são altamente influenciadas por interesses externos, demandando do Estado condições de manutenção do subdesenvolvimento e da superexploração, como anunciado por Frank (1978).

Nesse escopo, os intelectuais orgânicos da burguesia atuam ativamente para o convencimento do conjunto da população sobre os “benefícios” gerados a partir da implementação de suas demandas. Isso é perceptível quando as confederações e organizações patronais – tais quais federações e confederações da agricultura, indústria, comércio e bancos – colocam suas demandas para o desenvolvimento do país exaltando interesses particulares de reprodução de seus capitais, sob hegemonia do imperialismo.

Compreender as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nos âmbitos do Estado e da sociedade civil nos últimos anos é imperativo para a devida apreensão sobre quais setores do grupo dirigente fazem *sacrifícios de ordem econômico-corporativa* para sustentar a hegemonia e o *equilíbrio de compromissos* (GRAMSCI, 2019), uma vez que o atendimento às demandas de uma ou outra fração de classe pode desembocar em políticas econômicas e sociais diferenciadas.

Conforme Boito Jr (2018, p. 63), “uma análise rigorosa do bloco no poder vigente no capitalismo neoliberal brasileiro exigiria, de um lado, estabelecer com precisão quais são os segmentos econômicos organizados como frações da classe burguesa e, de outro lado,

comparar as demandas, estratégicas e secundárias, das diferentes frações burguesas com as medidas do governo que compõem a política econômica do Estado”. Em acordo com essa indicação de Boito Jr. (2018), procura-se caracterizar as frações de classe e explicitar como se movimentaram no poder entre 2003 e 2018. Persegue-se, ainda, a segunda parte da indicação, que se constitui pela apresentação das demandas das diferentes frações burguesas, comparando-as, num segundo momento, com o que fora incorporado pelo Estado na forma das políticas econômicas e sociais. Aqui, o período foi restringido de 2010 a 2018, reiterando a pertinência da análise dos documentos na íntegra e em primeira mão, na medida em que novos elementos podem ser agregados para uma compreensão da hegemonia, da crise de hegemonia e suas formas de resolução levadas a cabo pela burguesia.

A partir da compreensão de que a hegemonia é processo e se materializa nos aparelhos privados de hegemonia, foram elencadas as principais entidades de cada uma das frações burguesas: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O texto está organizado em quatro seções, além da presente introdução. A primeira apresenta a metodologia da pesquisa, bem como as principais características das entidades e documentos selecionados para a análise. A segunda seção discorre sobre as demandas das frações industrial, agrária, comercial e bancário-financeira para a política econômica, demonstrando seus enlances com o pacto de classes do Plano Real, na tentativa de compreender a crise de hegemonia e as bases para as alterações no bloco no poder que culminaram no golpe sobre o governo Dilma. A seção 3, por sua vez, debate como as políticas sociais aparecem nos documentos das referidas entidades e como atenderam ao objetivo de recompor a hegemonia no momento de crise pós-2013. Por fim, são tecidas breves considerações que encerram o trabalho.

## **1. Apontamentos gerais sobre as entidades e documentos**

Com base em Osorio (2014), a burguesia é composta pelas frações industrial, comercial, agrária, mineradora e financeira. No Brasil, podem ser representadas por meio das seguintes entidades<sup>2</sup>: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação da Agricultura

<sup>2</sup> Existem uma série de outras associações correspondentes às frações e setores da burguesia, cujos documentos são citados em algumas referências como Boito Jr. (2018), Singer (2018), Mendonça (2017) e Fontes (2017). No entanto, para a pesquisa empírica proposta aqui, com vistas a atingir o objetivo de traçar os interesses do conjun-



e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A pesquisa se pautou nos documentos de cada uma das grandes confederações burguesas, no entanto, observa-se que não há uma periodicidade ou constância de publicações em suas páginas. Ainda assim, após leitura e análise dos documentos, foi possível visualizar nitidamente as demandas de cada uma das frações. Ressalta-se que foram lidos diversos documentos de cada entidade, entre os anos de 2010 e 2018, que possibilitassem apreender possíveis mudanças no curso das reivindicações. Todavia, o que se observou é que as demandas apresentam certa constância e não se alteraram substancialmente ao longo do tempo. Apesar de não sincronizadas na publicação dos documentos, nota-se uma mobilização maior das entidades para elaboração de propostas destinadas diretamente ao Estado nos anos eleitorais, em especial 2014. É importante ressaltar que a análise dos documentos é guiada pelos objetivos do trabalho, buscando apreender as principais demandas das frações burguesas para a política econômica e para as políticas sociais.

Com relação à indústria, a CNI é a confederação com maior tradição de publicação de suas defesas e agendas. Foi fundada em 1938, e congrega as Federações das Indústrias dos Estados e do Distrito Federal, as quais reúnem, por sua vez, mais de 1.250 sindicatos e 700 mil empresas industriais de todas as unidades federativas do país. Agregam-se aos filiados 24 sindicatos nacionais, como Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval (Sinaval), Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Abimaq), Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (Sindag), Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (Anfavea), dentre outros (CNI, 2020). Os documentos analisados foram “101 propostas para modernização trabalhista” (CNI, 2012); “Propostas da indústria para as eleições 2014” (CNI, 2014); e “Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018: balanço final das propostas” (CNI, 2018).

Já a CNA foi criada em 1951, e “consolidou-se ao longo dos últimos anos como o principal fórum de discussões e decisões do agronegócio brasileiro” (CNA, 2020, online). O funcionamento como confederação nacional congrega também as 27 federações estaduais de agricultura e pecuária, que por sua vez representam mais de dois mil sindicatos rurais, responsáveis pelas ações de apoio direto aos produtores rurais nos municípios. De acordo com a página da CNA na internet, esta se caracteriza como uma “entidade sindical patronal que

---

to da burguesia brasileira, optou-se por priorizar as grandes confederações, as quais já trouxeram uma infinidade de documentos relevantes.

representa 5 milhões de produtores rurais comerciais brasileiros, de pequeno, médio e grande portes e de variados ramos de atividade”, defendendo “os interesses dos produtores junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e aos tribunais superiores do poder Judiciário” (CNA, 2020, online). Os documentos analisados foram “*O que esperamos do próximo presidente 2015-2018*” (CNA, 2014); e “*Desburocratizar para crescer. O agronegócio nacional e os seus aspectos burocráticos: desafios para promoção da competitividade*” (CNA, 2018).

Por sua vez, a CNC foi fundada em 1945 e é reconhecida como a “entidade máxima do empresariado comercial brasileiro” (CNC, 2020, online). De acordo com as informações obtidas na página da entidade, a CNC abrange “34 federações patronais – sendo 27 estaduais e 7 nacionais – e os 1035 sindicatos mais representativos do setor no País” (CNC, 2020, online). Os principais documentos analisados foram “*CNC e os desafios do Brasil*” (CNC, 2010) e “*Terceirização: considerações sobre a terceirização na sociedade contemporânea*” (CNC, 2015). Foram selecionadas também os seguintes artigos do presidente da entidade, “*A CNC e o novo governo*” (CNC, 2016) e “*Aviso aos navegantes*” (CNC, 2018), como forma de complementar as informações com posições mais atuais.

Por fim, a Febraban foi criada em 1967 como “a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro [...] O quadro associativo da entidade conta com 119 instituições financeiras associadas de um universo de 155 em operação no Brasil, as quais representam 98% dos ativos totais e 97% do patrimônio líquido das instituições bancárias brasileiras” (FEBRABAN, 2020, online). A entidade apresenta relatórios publicados anualmente, e ganhou notoriedade com o debate público durante o governo Dilma na época da redução dos juros dos bancos públicos. Os documentos analisados foram os relatórios anuais (FEBRABAN, 2012, 2015, 2016, 2018).

Nesse viés, procura-se sistematizar o que fora exposto, verificando onde os interesses das frações se aproximam ou se afastam no que se refere às políticas estatais, bem como discutir alguns elementos centrais que auxiliam na compreensão sobre construção da hegemonia no período. Parte-se do pressuposto de que o Estado subsoberano dependente participa do processo de acumulação procurando atender a burguesia, a qual, por sua vez, é subordinada ao imperialismo. O fundo público, então, é desfalcado pelas contínuas transferências de valor decorrentes do intercâmbio desigual e da financeirização, e o que resta dele é disputado pela burguesia brasileira e suas frações em função de seus interesses, como se observa nos documentos analisados.

A partir dos temas dispostos nos documentos, optou-se por organizá-los da seguinte

maneira: como expressão da política econômica, encontram-se as seções sobre **política monetária (juros, crédito e inflação); política fiscal, política tributária e desonerações; comércio exterior e política cambial; tecnologia, pesquisa e inovação; infraestrutura e energia**. Já no que remete à política social, foram incluídas as seções sobre **trabalho; previdência social; educação; saúde e saneamento básico; acesso à terra e meio ambiente**. Embora as políticas econômica e social estejam imbricadas e muitos dos temas mencionados estejam relacionados, tal divisão facilita a sistematização aqui proposta.

Antes de adentrar em tais temas, ressalta-se um primeiro elemento que chama a atenção em todos os documentos analisados: a ênfase na burocracia e nas “recomendações” para uma governança eficiente por parte do Estado. A CNC (2010) apresenta uma seção sobre burocracia<sup>3</sup>, na qual a principal questão levantada é o “impressionante número de normas às quais as empresas estão submetidas”, e o consequente gasto com pessoal, sistemas e equipamentos para aplicação e acompanhamento da legislação. De acordo com a entidade (CNC, 2010, p. 45), “esse desvio de recursos humanos para exercer um papel meramente burocrático, quando poderia ser produtivo, é uma das faces negativas do excesso de normas que regula o mercado. É um entrave à operação das empresas e, conseqüentemente, um obstáculo ao crescimento do País”. Todavia, “os protestos e críticas dos empreendedores têm surtido efeito” (CNC, 2010, p. 47), a partir do exemplo citado de que o tempo médio para abrir uma empresa caiu de cinco meses para três semanas, entre 2006 e 2010<sup>4</sup>. Ganha prioridade a demanda por acelerar licenças, bem como capacitar servidores públicos sobre temas como empreendedorismo e gestão empresarial. A busca por apresentar seus interesses com universais fica explícita quando o documento afirma que “é preciso desenvolver a visão de que o sucesso das empresas é também o do país e que a prioridade é a eficiência e o crescimento, e não o controle via burocracia” (CNC, 2010, p. 49).

Já a CNA publicou, em 2018, o documento “Desburocratizar para crescer”, cujo conteúdo caminha na mesma direção, com críticas à ineficiência do Estado e ao ambiente econômico “não amigável” imposto à iniciativa privada. Conforme apontado no documento, o

<sup>3</sup> Para um aprofundamento crítico do significado de burocracia, vide Poulantzas (1971) e Souza Filho (2006). Brevemente, importa ressaltar aqui que as entidades demonstram compartilhar de uma concepção de burocracia como excesso de procedimentos, compreensão distinta daquela de Souza Filho (2006) sobre a organização burocrático-estatal das relações de dominação. Poulantzas (1971, p. 171), ao “empreender um exame rigoroso do aparelho de Estado”, também observa que a burocracia como categoria social remete à organização política do Estado, enquanto o burocratismo representa um modo particular de organização e funcionamento do aparelho de Estado, por delegação de poder. Assim, “a burocracia e o burocratismo estão em relação com um tipo de Estado, o Estado capitalista, e com as formas concretas desse Estado” (POULANTZAS, 1971, p. 192).

<sup>4</sup> Segundo ressaltado, tal melhora se deve em parte à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, “que traça diretrizes nacionais para que os Estados e Municípios revejam seus processos de liberação de licenças para o funcionamento de uma empresa” (CNC, 2010, p. 48).

tema da burocracia vem sendo discutido no Brasil, mas “nenhuma das medidas adotadas até então prosperaram a ponto de desburocratizar o País. Diante de um mundo cada vez mais conectado, é preciso incorporar mecanismos de coordenações ágeis e eficientes nas esferas governamentais” (CNA, 2018, p. 3). Também a CNI, ao tratar da organização do aparelho estatal, explicita a necessidade de maior foco nos resultados, ao invés dos “procedimentos burocráticos”. Tal compreensão se assemelha ao exposto por Bresser-Pereira no Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) (MARE, 1995). Com o objetivo de realizar a reforma gerencial da administração pública, tornando-a mais produtiva e eficiente, instituiu-se o PDRE, elaborado pelo extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado e aprovado em 1995. Behring (2003, p. 181), ao descrevê-lo, afirma que o Plano promove críticas à Constituição de 1988 alegando que esta é um retrocesso ao passado burocrático, pois engessa o aparelho estatal, estimula a ineficiência e cria privilégios para o serviço público.

Assim, para Behring (2003), a “reforma” do Estado representa uma escolha política e econômica que busca refuncionalizar o Estado de modo a reduzir custos, enquanto a política econômica destina-se a inserção subordinada à valorização financeira na ordem internacional. Como resultado, a economia brasileira passou a apresentar maior vulnerabilidade externa e desnacionalização do parque industrial, com consequências para a estruturação da seguridade social. Behring (2003) salienta que esse movimento se trata, portanto, de uma contrarreforma do Estado, ultrapassando o propagado discurso de reforma administrativa e que é por diversas vezes reproduzido nos documentos aqui analisados.

## **2. A política econômica sob os trilhos do Plano Real**

A política social e suas determinações vinculam-se necessariamente à política econômica, e por isso o olhar esteve voltado para ambas. Osorio (2012, p. 72) traz contribuições fundamentais para a compreensão da política econômica quando afirma que “por meio dos instrumentos de política econômica é possível ajudar o capital para que seu trânsito pelo ciclo seja mais fluido e favorável às suas necessidades”. O autor faz uma ressalva e expõe que embora se fale de capital em geral, “no nível de análise de um padrão de reprodução, é necessário distinguir frações do capital e setores. [...] Tais diferenciações são importantes porque a política econômica não pode resolver da mesma maneira as necessidades de reprodução de todas as frações e setores”. Isso significa, de acordo com Osorio (2012, p. 72), que “no nível do Estado os setores mais favorecidos contam com maiores cotas de poder e as fazem sentir na aplicação de políticas econômicas que melhor

propiciem seu desenvolvimento ou sua reprodução particular”. Para o autor, “isso, mais cedo do que tarde, deverá expressar-se em mudança de forças no âmbito do Estado, o centro ou ponto fundamental de condensação do poder político e do exercício da hegemonia” (OSORIO, 2012, p. 73).

Torna-se, então, imprescindível a análise sobre as frações da classe dominante que exercem o poder e constituem a hegemonia burguesa, com objetivo da incorporação de seus interesses no Estado. É perceptível nos documentos que, de forma geral, há acordo entre as frações com relação à política econômica, sem grandes alterações no curso do que vem sendo implementado desde a década de 1990. A busca incessante pela “estabilidade da moeda” é o discurso que possibilita universalizar, por meio da construção da hegemonia, os interesses particulares da acumulação de capital. Em acordo com Ouriques (2014a, p. 66), “todas as frações de classe que acumulam riqueza e poder no período posterior a 1994 são disciplinadas defensoras da ‘austeridade fiscal’, ou seja, defendem em uníssono que a dívida pública siga sua marcha meteórica enquanto penaliza as classes subalternas e parte da classe média”. A estabilidade desejada pelo conjunto da burguesia é, então, social, política e econômica, e o pacto de classes do Plano Real legitima os interesses da fração bancário-financeira, os quais são aceitos e tornados meta permanente para o conjunto da sociedade, demarcando o consenso entre as frações observados nos documentos analisados. Na pertinente síntese de Ouriques (2014a, p. 169-170),

O terreno da divergência em política econômica – tolerar mais inflação em nome de maior taxa de crescimento do PIB ou contê-la sacrificando o emprego – está garantido pelo fato de que a economia política já assegurou algo definitivo: o lugar de cada fração na condução do país. De fato, enquanto o latifúndio ganhou força durante estes anos, especialmente a partir do último ano do primeiro mandato do presidente Lula, a fração industrial, especialmente aquela produtora de máquinas e equipamentos, perde visivelmente vitalidade no interior do bloco dominante. O resultado do pacto de classes produz a ideologia da “desindustrialização”, grito da fração industrial destinada a arrancar do Estado compensações e benefícios diante de sua incapacidade de competir com os capitais internacionais em qualquer ramo da produção de mercadorias. [...] A burguesia comercial aproveita a “moeda forte”, ou seja, o câmbio sobrevalorizado, para comprar na China não somente máquinas e equipamentos, mas também todo o tipo de artigos de consumo destinado inclusive às classes populares e não somente ao consumo suntuário. Na crista da onda, o capital internacional avança poderosamente, garante ganhos de produtividade crescentes e alimenta uma transferência de valor importantíssima para o ciclo do capital em escala global, enquanto o capital financeiro acumula força política e econômica com a multiplicação da dívida pública, um valiosíssimo instrumento de acumulação de capital que, em consequência, impõe às classes populares uma austeridade fiscal permanente.

Nos anos 2000 a burguesia se reconfigurou, por meio da mediação do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual serviu como uma espécie de muro de contenção da hegemonia

estabelecida com o Plano Real. Dessa forma, o pacto de classes foi incrementado com alguns elementos até então ausentes, como valorização do salário mínimo e programas de transferência de renda com intuito de fomentar o consumo<sup>5</sup>; atuação do BNDES para fortalecimento das empresas nacionais; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e investimentos públicos em infraestrutura; política econômica anticíclica nos momentos de crise; e já no governo Dilma, redução da taxa de juros e desvalorização do real (BOITO JR., 2018).

É possível afirmar que Boito Jr. (2018) acerta ao explicitar que a grande burguesia interna brasileira ganha força nesse período, com apoio das políticas econômicas e sociais estatais. Isso não quer dizer que o capital financeiro fica em segundo plano, pois a conciliação de classes orientada pelos governos petistas se deu também no interior do bloco no poder. A ampla concessão a tais frações pôde ocorrer em razão de uma escolha política condicionada pelo cenário econômico efemeramente favorável, sendo inegável a participação ativa do Estado brasileiro no processo de valorização financeira, mesmo quando atua no fortalecimento da burguesia interna.

Em acordo com Rocha (2019, p. 447), “o que temos em 2002 é em realidade um ajustamento do pacto original de 1994 (Plano Real) – após a crise cambial de 1999 e seus efeitos no tecido social, que demandaram ampliação do consenso para a consolidação do modelo neoliberal no país, ou melhor dizendo, para a consolidação da hegemonia rentista no bloco de poder dominante”. O capital internacional e o capital financeiro nunca deixaram de ter força no bloco no poder, posto que o imperialismo atua ativamente nas condições de acumulação das economias dependentes. Quando o investimento direto estrangeiro passa a ser menos relevante na América Latina do que o investimento indireto (MARINI, 2012b), a relação do capital internacional com as burguesias locais torna-se mais permeável e complexa, posto que a propriedade do capital pode ser nacional, mas a transferência de valor – via juros – mantém a hegemonia da burguesia imperialista financeirizada no bloco no poder, mesmo a burguesia interna melhora a posição no bloco. Todos os elementos, mesmo os que apresentam novidades no que se refere à composição do bloco no poder, continuam a apontar para a manutenção e aprofundamento da dependência, com a economia voltada ao padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012).

Os efeitos da crise econômica de 2008 passam a se explicitar com mais força no Brasil a partir de 2011, já no governo Dilma. As preocupações explicitadas pela fração industrial da

<sup>5</sup> Também Ouriques (2014b, online), ao se referir à política social nos governos petistas, afirma que se limita “à simulação de uma ‘cidadania’ – necessariamente passageira e limitada – do consumo”.

burguesia, em especial a Fiesp, foram apresentadas ao governo e a partir de 2012, propagou-se o que se convencionou chamar “nova matriz econômica”. Tal projeto, contudo, revelou novas medidas sem se desprender do velho aperto fiscal neoliberal.

Por um lado, as séries de políticas heterodoxas, além de sofrerem a oposição do setor financeiro, *não promoveram um aumento do investimento*. De fato, com o aprofundamento da recessão brasileira, *os empresários utilizaram as políticas de desonerações e diminuição de alíquotas para recompor a margem de lucro*. Por outro, essas medidas deterioraram a receita total onde no período 2011-2014 seu crescimento em média foi de 5,13% ao ano, a metade (10,24%) da média obtida no segundo governo Lula. [...] Em outras palavras, o déficit fiscal de 2014, o primeiro até então, foi fruto não de um aumento das despesas, mas sim, da política de desonerações e redução de alíquotas praticadas que reduziram a receita (ARUTO, 2019, p. 95, grifos nossos).

Além disso, a queda dos investimentos diminuiu a margem para continuar as políticas de incentivo ao crédito e ao consumo, tão louvadas pelo petismo até então. Nesse contexto, o baixo crescimento e a queda na massa de mais-valia não recaem apenas sobre o capital internacional e a burguesia associada, mas sobretudo sobre a grande burguesia interna. Dessa forma, mesmo as políticas heterodoxas de Dilma não são capazes de reverter a crise, e por isso os setores das frações industrial, agrária e comercial vinculadas à grande burguesia interna se indispõem com o governo e sua política econômica. Inclusive, as demandas pela terceirização e flexibilização da CLT correspondem em maior grau às necessidades da burguesia brasileira do que ao capital internacional financeirizado, pois remetem à remuneração da classe trabalhadora e à imposição de aumentar a exploração no momento de crise, mesmo que em última instância parte dessa mais-valia seja drenada ao capital estrangeiro.

Mascaro (2018) ressalta que cada país tem encadeamentos políticos próprios a partir da crise econômica, e nem sempre a saída para a crise se dá sob o mecanismo do golpe. Essa saída, no Brasil, possibilitou a recomposição e reconfiguração do capital, nas quais os arranjos entre as frações burguesas culminam em ganhos para algumas e perdas para outras. Qual foi a necessidade de ruptura? A resposta do autor remete ao avanço ainda maior, para resolução da crise de acumulação, sobre os direitos trabalhistas e sociais, como CLT, previdência, salário mínimo. Tais interesses ficam bastante visíveis na análise dos documentos das frações burguesas, como é possível observar ao longo da próxima seção acerca da política social.

Em síntese, o aprofundamento do neoliberalismo por meio do golpe foi a forma de resolver a crise de acumulação, frente à ineficiência do governo petista em reduzir as perdas dos capitais nacionais e internacionais (MASCARO, 2018), deixando inalterado o pacto de classes do Plano Real. Tais elementos podem ser observados nas demandas apresentadas pelas



entidades pesquisadas, com certo consenso em torno das indicações acerca da política econômica. A partir do pressuposto de que a política econômica se refere às ações do Estado que garantem as condições para a produção, circulação, troca e consumo das mercadorias (OSORIO, 2012), todos os documentos analisados buscam indicar quais ações devem ser tomadas nas diversas áreas correspondentes à atuação estatal no campo econômico. Embora as entidades estejam focadas em dimensões nem sempre coincidentes, e nem todas tratem de todos os temas exatamente neste formato, a sistematização aqui proposta aglutina as demandas da seguinte forma: política monetária (juros, crédito e inflação); política fiscal, política tributária e desonerações; comércio exterior e política cambial; tecnologia, pesquisa e inovação; infraestrutura e energia.

### *Política monetária (juros, crédito e inflação)*

As entidades explicitam por diversas vezes a demanda por taxas de juros mais baixas e inflação reduzida, associada à política fiscal restritiva. A reivindicação por juros baixos é uma constante em especial para a fração industrial, historicamente. No entanto, o processo de financeirização trouxe maior complexidade para a análise do papel dos juros para o capital produtivo, uma vez que a entrada no mercado de capitais faz com que tenha ganhos tanto com a redução da taxa de juros e disponibilidade de crédito, como com a elevação da taxa e consequente remuneração de ativos.

Os documentos da CNC (2010, 2016) também demandam juros baixos e inflação reduzida. Já as frações bancário-financeira e do agronegócio dão bastante ênfase para o papel do crédito, a primeira por sua função prestamista e a segunda em razão da necessidade de tomar empréstimos. Nenhum dos documentos analisados, contudo, demanda explicitamente juros altos, nem mesmo os relatórios da Febraban (2012, 2015, 2016, 2018). Ao contrário, esta entidade destaca a necessidade da “redução progressiva e sustentável das taxas de juros, objetivo compartilhado por todos” (FEBRABAN, 2015, p. 5).

Esse elemento é especialmente interessante, considerando o amplo debate público sobre redução dos juros em 2012. Entretanto, a peleja interna na burguesia sobre questões como taxa de juros, política de crédito e política fiscal, citada por Boito Jr. (2018, p. 325), não fica explícita nos documentos, embora de fato tenham sido publicadas inúmeras notícias na imprensa evidenciando essas disputas. Todos os documentos analisados convergem na direção

da redução dos juros e redução dos *spreads*<sup>6</sup> bancários.

Embora possa ser apenas um elemento discursivo, nota-se que a lógica mobilizada pela Febraban se relaciona com a política fiscal, pois o Banco Central teria condições de baixar a taxa básica de juros quando há melhores resultados fiscais, evitando riscos. Logo, a redução da taxa de juros é condicionada à redução das despesas do Estado, numa espécie de chantagem promovida pelos bancos. Por isso, a Febraban afirma ser a favor dos juros baixos, embora isso pareça um contrassenso. No governo Temer, a taxa Selic começou a cair e, de acordo com a lógica da burguesia explicitada nos documentos, isso foi possível em razão da aprovação da EC 95/2016. São desconsiderados nesse discurso o aumento do desemprego e a redução da inflação como elementos que puxam para baixo a taxa de juros.

Essa relação da política de juros com a política fiscal é relevante, ainda, pois denota o objetivo implícito do interesse na diminuição das despesas no âmbito do fundo público, liberando mais recursos também para o pagamento de juros e amortização da dívida, em um estímulo direto à fração bancário-financeira. Ao defender o equilíbrio fiscal, a Febraban demonstra o interesse pela retomada do superávit primário que garante tranquilidade aos investidores financeiros e, portanto, a liberação de recursos do fundo público para atender as necessidades de acumulação dos seus associados. Nos termos de Brettas (2017, p. 66), na visão da classe dominante e seus aparelhos privados de hegemonia, “os recursos públicos deveriam ter como prioridade o pagamento da dívida pública e a sinalização – para os grandes investidores, em especial os rentistas – de que a estabilidade econômica e a “responsabilidade fiscal” promoviam um ambiente seguro e atrativo para os negócios”.

Boito Jr. (2018, p. 313) comenta que, via de regra – o que implica momentos excepcionais – “banqueiro, diferentemente dos fazendeiros e dos industriais, que podem apresentar-se à população como ‘classe produtora’, sabe que sua imagem não permite ações abertas na cena pública em defesa de seus interesses. Agem nas sombras e com discrição”. De fato, os relatórios da Febraban são aparentemente mais técnicos e objetivos comparados com os demais, e essa fração, talvez por caráter extremamente concentrado do capital bancário no Brasil, explicita menos suas demandas que as frações industrial e agrária.

Um outro ponto consensual é oferta de créditos subsidiados via BNDES, desejados por todas as frações em seus documentos. Por fim, dos documentos posteriores a 2016 (CNC, 2016, 2018; CNI, 2018; CNA, 2018; FEBRABAN, 2016, 2018), somente a Febraban tece elogios explícitos ao governo Temer. O documento de 2016 afirma que Temer vinha se

<sup>6</sup> Spread representa a diferença entre as taxas de juros de aplicação e captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito (FEBRABAN, 2012).

posicionando a favor da agenda estrutural proposta pela entidade, e que as medidas que estavam sendo tomadas já avançavam na direção da queda da inflação e do equilíbrio fiscal. As demais frações julgaram positiva a troca de governo, mas também mencionam que há muito a avançar.

### *Política fiscal, política tributária e desonerações*

Todas as entidades reivindicam a redução das despesas primárias e dos *gastos com custeio* para reduzir as taxas de juros elevadas. Segundo essa lógica, a demonstração do esforço fiscal do governo para pagamento dos juros e amortização da dívida pode reduzir as taxas de juros internamente. Ao mesmo tempo, demandam aumento de investimentos, o que é uma contradição, posto que os investimentos exigem gastos de custeio para sua posterior manutenção. De acordo com Khair (2010, online), “os investimentos do poder público geram despesas de custeio permanentes, pois necessitam de manutenção e se depreciam com o tempo”. Assim, para o autor, opor despesas de custeio a despesas com investimentos é uma falsa questão, pois ambas são importantes para o desenvolvimento econômico e social. A redução de gastos em custeio implica reduzir empregos, congelar salários, reduzir despesas com materiais e serviços de manutenção de escolas e hospitais. Somada à demanda pelo equilíbrio das contas públicas que visa impor mecanismos de limitação ao gasto corrente do setor público, as reivindicações no geral explicitam o óbvio: visam atender ao capital e sua gana pelo fundo público, diminuindo as despesas com políticas sociais e alimentando o capital portador de juros e os investidores institucionais<sup>7</sup>, com destaque para os fundos de pensão e os fundos de investimentos (SALVADOR, 2020).

A aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos, foi uma resposta a essa demanda de todas as frações da burguesia. Os gastos referentes ao Orçamento Fiscal e ao Orçamento da Seguridade Social ficam limitados ao exercício anterior, atualizado pela inflação de doze meses, o que resulta em um congelamento das despesas primárias. Dessa forma, “os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população” (ROSSI et al, 2019, p. 10). É especialmente relevante que as despesas financeiras não tenham sido incluídas na Emenda, evidenciando as prioridades da burguesia mediadas pelo governo.

<sup>7</sup> De acordo com Salvador (2020, p. 387), os chamados investidores institucionais “englobam os fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos, portanto, operam no sentido da captura do fundo público para uma fração da burguesia financeira”.

Salvador (2020) elucida essa questão ao afirmar que as despesas com juros e encargos da dívida pública cresceram 8,5 vezes mais que o crescimento do orçamento fiscal e da seguridade social, no período de 2016 a 2019. O pagamento de juros e encargos da dívida apresentou um crescimento real de 22,57% no mesmo período. Ou seja, “o pagamento efetivo das despesas com juros e amortização da dívida pública consomem um quarto do orçamento público” (SALVADOR, 2020, p. 387).

Nesse sentido, tem relevância a afirmação da Febraban (2016, p. 70-71) de que havia um consenso em torno da ideia de que Temer tomara as providências certas ao aprovar a EC 95/2016, pois de fato as necessidades da burguesia de resolução da crise de acumulação unificaram os interesses das diversas frações que compunham o bloco no poder. Um dos documentos da CNI (2014) afirma a necessidade de adotar regra fiscal flexível<sup>8</sup>, ajustada ao ciclo econômico e com o estabelecimento de meta fiscal baseada no resultado primário como indicador, pois este exclui a despesa com juros e possibilita maior controle por parte da autoridade fiscal. Observa-se, então, que a burguesia faz e demanda o que é melhor para a acumulação em cada conjuntura, sem apego real por princípios liberais ou keynesianos.

No que se refere à tributação, as principais questões consensuais nos documentos são a elevada carga tributária, cumulatividade, complexidade do sistema tributário, oneração das exportações e investimentos. As demandas referentes à política tributária são mais presentes nos documentos da CNC e da CNI, que reivindicam a efetivação de uma reforma tributária (CNC, 2010, 2016; CNI, 2014, 2018). A CNA e Febraban são mais pontuais e menos presentes nesse tema, por exemplo com a menção a uma política tributária permanente de desoneração dos investimentos (CNA, 2014) ou diminuição dos custos tributários associados à intermediação financeira (FEBRABAN, 2016). Todas as frações querem desoneração da folha de pagamentos e de bens de capital no plano imediato, embora a CNI e CNC sejam mais incisivas numa reforma tributária a longo prazo.

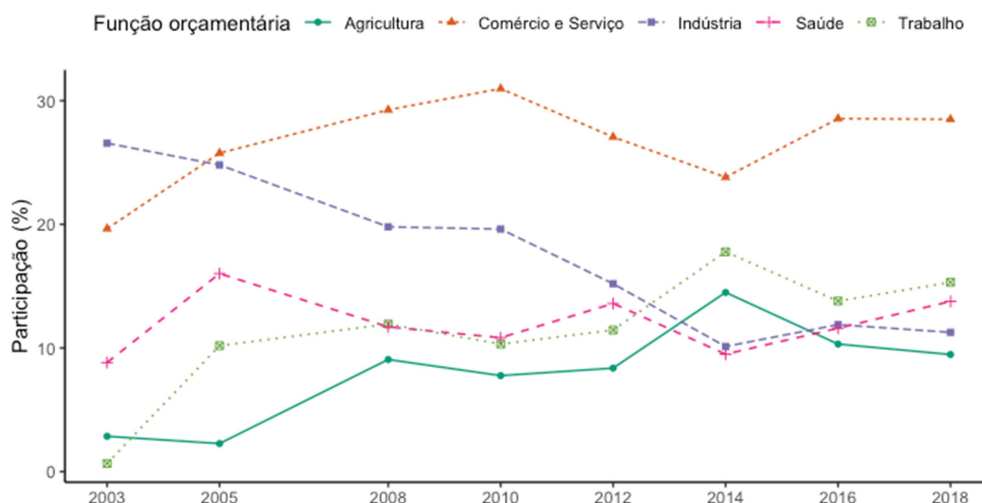
Já a política de desonerações tributárias é um aspecto a ser analisado para compreender a articulação da hegemonia burguesa no período recente, pois favoreceram diretamente o grande capital, em especial a grande burguesia interna. De acordo com

<sup>8</sup> O documento trata a adoção de regras fiscais como fundamental para evitar o déficit público nos processos orçamentários. Conforme a CNI (2014, p. 145), “o ajuste fiscal observado no Brasil, no fim da década de 1990 e nos anos 2000, baseou-se no estabelecimento de uma meta rígida para o superávit primário”. Todavia, “em momentos de baixo crescimento econômico, a utilização de normas rígidas determina que o ajuste recaia sobre os investimentos do setor público” (CNI, 2014, p. 146). Dessa forma, a meta fiscal rígida não é desejável pois pode prejudicar a economia ao reduzir o financiamento do Estado para o desenvolvimento do capital. O documento propõe, então, que seja adotada uma nova meta: o resultado fiscal estrutural, uma forma de mensuração do resultado do setor público que leva em conta “a diferença entre o PIB observado e o PIB potencial e a forma como as receitas públicas são afetadas pelas flutuações da economia”. (CNI, 2014, p. 147).

documento da Receita Federal, as desonerações tributárias, as quais são conceitualmente chamadas de gastos tributários, indicam os gastos indiretos do governo que se realizam por meio do sistema tributário. Podem ser de caráter compensatório, quando o governo não atende adequadamente a população dos serviços de sua responsabilidade – tais como gastos com educação e saúde, ou caráter incentivador, quando o governo tem a intenção de desenvolver determinado setor ou região. A Secretaria da Receita Federal disponibiliza o volume das desonerações por meio do Demonstrativo de Gastos Tributários. Como delineado por Salvador (2015, p. 13), a análise das renúncias tributárias compreende o financiamento indireto da política social, e “torna possível identificar a transferência indireta e extraorçamentária de recursos para o setor privado”.

Apenas como ilustração, dados da Receita Federal evidenciam que as desonerações tiveram uma taxa de crescimento quase três vezes maior que a arrecadação entre 2003 e 2018. Enquanto a arrecadação apresentou um crescimento real de 166%, as desonerações ou gastos tributários chegaram a 417% (DGT/RFB, 2020). Quando desagregadas por função, conforme o gráfico 1, as cinco funções orçamentárias com maior participação nas desonerações tributárias são comércio e serviços, com volume de recursos bastante superior às demais durante a maior parte do período, que a partir de 2005 ultrapassa a indústria e se mantém estável na liderança; indústria, que apresenta a maior queda, embora na média do período se mantenha como a segunda maior no montante de recursos desonerados; saúde, cuja participação no total das desonerações é a mais estável; e trabalho e agricultura, ambas com crescimento relevante entre 2003 e 2018, apesar de uma pequena queda a partir de 2014.

**Gráfico 1:** Participação nos gastos tributários em anos selecionados, por função orçamentária



**Fonte:** DGT/RFB (2020).  
Elaboração própria

Considerando que a demanda por desonerações é bastante presente nos documentos das frações industrial, agrária e comercial, é interessante observar a dinâmica das funções orçamentárias correspondentes ao longo do período analisado. O papel das entidades representativas da indústria no governo Dilma é complexo e multideterminado, todavia, quando observada a queda brusca da participação da indústria nas desonerações a partir de 2010, é possível considerá-la como um dos determinantes da postura ofensiva da CNI e da Fiesp, primeiramente na proposição das medidas de estímulo à produção em razão da queda na taxa de lucro e no volume de desonerações para o setor, e posteriormente na campanha pelo impeachment de Dilma. Quando falhou a “nova matriz econômica” para recuperação diante da crise, a indústria se dedicou com prioridade à questão tributária, demonstrando sua importância para a burguesia e explicitando o que Mascaro (2018) mencionara, acerca do acirramento das disputas entre frações no momento de crise, disputas que se resolveram com o golpe e acúmulo de perdas e ganhos por partes das distintas frações burguesas. Conforme lembrado por Aruto (2019), com a crise a burguesia se utilizou das desonerações para recompor a margem de lucro, com ausência de recuperação dos investimentos. A diminuição das receitas e a diferença entre arrecadação e desonerações foram responsáveis pelo déficit fiscal de 2014, e não o aumento de despesas como propagado pelo governo para promover o ajuste fiscal.

### *Comércio internacional e política cambial*

Os documentos da CNA, CNC e CNI apresentam consenso em torno da necessidade de desvalorização do real, com vistas a fortalecer tanto a indústria nacional como os exportadores. Segundo essa lógica, a importação desestimula a produção interna e a geração de empregos reduzindo também o consumo, o que gera consequências para o comércio como um todo (BRESSER-PEREIRA, 2013). Para Bresser-Pereira (2013), Lula promoveu um populismo cambial com a valorização do real, o que enfraqueceu a produção industrial. Essa política começou a ser revertida por Dilma por meio de medidas que tentavam compensar a sobreapreciação cambial, como “a desoneração de encargos trabalhistas diversos setores industriais, o corte da tarifa de energia, a aceleração das concessões das obras de infraestrutura, a continuidade da política de redução do IPI, a continuidade da política de escolha de campeões nacionais pelo BNDES”. Entretanto, segundo o autor, “elas são naturalmente incapazes de compensar o câmbio sobreapreciado” (BRESSER-PEREIRA,

2013, p. 24).

Essas necessidades estão associadas à relação importação/exportação. O capital agrário, por exemplo, ganha com exportação de grãos, e para que as transações sejam mais vantajosas e os preços mais atrativos para os compradores estrangeiros, é melhor que o real esteja desvalorizado em relação ao dólar. Quando o real se valoriza, acaba favorecendo as importações, porque fica mais barato para os brasileiros consumirem em dólar. Isso também é criticado pelo capital industrial pois acaba enfraquecendo a indústria nacional. Em suma, existe um certo consenso na burguesia de que o câmbio desvalorizado é melhor, mas isso oscila de acordo com os preços e dinâmicas do mercado mundial. Daí decorre a defesa do câmbio flutuante, com menos centralidade para a regulação do Estado e com mais autonomia para o mercado.

No entanto, Ouriques (2014b, online) afirma que a taxa de câmbio sobrevalorizada denunciada especialmente pela fração industrial da burguesia “é a mesma que permite aos industriais lucros extraordinários e, obviamente, dólar abundante e barato para importação de máquinas e equipamentos que aumentam a produtividade do trabalho e condenam o processo de industrialização que simulam defender”. Também a fração comercial se aproveita da valorização do real para comprar mercadorias do Sudeste Asiático e revender em território brasileiro, aprofundando a desnacionalização da economia (OURIQUES, 2014b).

Outros pontos consensuais nos documentos tratam da necessidade de redução da burocracia alfandegária e barreiras tarifárias, críticas ao Mercosul e reivindicação por acordos comerciais e agendas bilaterais com EUA e União Europeia. A Febraban fala em regime cambial flexível e melhorias da legislação cambial para favorecer o fluxo de capitais, mas não se dedica muito ao tema.

### *Tecnologia, pesquisa e inovação*

As demandas das entidades, especialmente CNA e CNI, giram em torno de recursos do fundo público para que as empresas financiem novas tecnologias lucrativas, isenções de impostos, pesquisa com biodiversidade, maior interação entre universidades públicas e o setor privado, inclusive com financiamento de laboratórios. Ressalta-se a demanda por subvenção econômica, a qual permite que “recursos não reembolsáveis se destinem às empresas para que estas desenvolvam inovações radicais e que, portanto, envolvem mais riscos” (CNI, 2014, p. 222). Isso quer dizer a entrega, em sentido literal, de recursos do fundo público para que as



empresas financiem novas tecnologias lucrativas, posto que “a ênfase no crédito não é suficiente para viabilizar a inovação” (CNI, 2014, p. 236). O documento demanda, ainda, que esses recursos também possam ser destinados para despesas de capital, pois atualmente estão limitados às despesas de custeio dos projetos de inovação.

Chama atenção a reivindicação de uso do conhecimento tradicional associado, inclusive por empresas estrangeiras, sem interferência do Estado na negociação, o que remete ao avanço do imperialismo sobre a autodeterminação dos povos, mas também a apropriação do conhecimento para fins externos. A riqueza de recursos na América Latina não significa que as economias latino-americanas concentram tais recursos para seu progresso científico-técnico. Ao contrário, a América Latina

foi chamada a participar da era da Revolução Científico-Técnica na condição de periferia do sistema. A forma pela qual se inseriu, desde o início, no desenvolvimento do capitalismo em escala mundial estruturou sua economia e a correlata estrutura de classes, manifesta em uma burguesia incapaz de levar adiante as tarefas realizadas por suas congêneres nos países desenvolvidos. Tal incapacidade não deriva da ausência por parte do empresariado dos elementos culturais necessários à inventividade, mas de sua posição objetiva na Divisão Internacional do Trabalho. A dependência tecnológica nos países latino-americanos é, antes de mais nada, funcional à reprodução do capitalismo dependente! (BREDA, 2011, p. 76).

Ademais, os gastos com investigação e pesquisa compõem parte das funções indiretas do Estado, ressaltadas por Netto (2011) e Salvador (2020), formas sob as quais o capital se apropria do fundo público.

### *Infraestrutura e energia*

Este tema é relevante principalmente para CNA e CNI, embora também estejam presentes nos documentos da CNC demanda por mais investimentos para ferrovias, hidrovias e rodovias, ampliação das Parcerias Público-Privadas (PPP's) e exaltação às concessões, além dos elogios ao PAC, assim como nos documentos da CNI e CNA. Busca-se, em todas as modalidades, reduzir o controle e participação do Estado na propriedade ou gestão das áreas estratégicas, sendo chamado a arcar com os riscos, assegurando a plena lucratividade para as empresas concessionárias. É bastante explícita a demanda por um Estado que garanta as condições de reprodução do capital, ao passo em que atua como um seguro, compartilhando riscos e prejuízos. A CNI (2014) menciona o caso da estatal Valec, o qual estimula a discussão sobre um novo modelo de concessão que ainda não se encontra completamente estabelecido, mas já pode ser enquadrado como *concessão patrocinada*, prevista pela Lei das Parcerias

Público-Privadas<sup>9</sup>, na qual “o poder concedente, por meio da Valec, assume todo o risco de demanda e garante a receita da concessionária” (CNI, 2014, p. 92).

Destaca-se, acerca da discussão da energia, a relação da Petrobras com as empresas privadas de exploração do petróleo, especialmente no que se refere às reservas de pré-sal. São realizadas diversas críticas à Lei nº 12.351/10, a qual estabelecia a Petrobras como operadora de todos os blocos licitados, “responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração desenvolvimento e produção de petróleo e gás” (CNI, 2014, p. 94), além da participação mínima de 30% no consórcio – com margem para ampliação na licitação do contrato – e da necessidade de constituição de consórcio com a Petrobras e com a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) por parte do investidor privado vencedor da licitação. A CNI propõe a modificação de todos esses três pontos da referida lei que buscam assegurar algum controle à Petrobras.

Todas as entidades destacam o licenciamento ambiental e as desapropriações como processos a serem aprimorados. A suposta agilidade esconde a necessidade de expansão irrestrita das atividades agropecuárias, sem a devida responsabilidade com a preservação do meio ambiente.

Tem destaque, ainda, a discussão sobre o fortalecimento da política de biocombustíveis, em especial o etanol. Em sintonia, tanto a CNA como a CNI criticam a política local de preços referente à gasolina, posto que se coloca como obstáculo para o etanol. Em 2015, ainda sob o governo Dilma, a política de controle dos preços foi abandonada, e os preços dispararam rapidamente. A posição da CNA (2014) demonstra uma demanda clara da fração agrária da burguesia brasileira por prioridade estatal nos estímulos e subsídios para a produção de etanol, sob o argumento da produção nacional. As medidas concretas sugeridas no documento são relacionadas à alteração de legislação, tributação sobre a gasolina e desoneração tributária para o setor sucroenergético. Convém lembrar que, conforme exposto por Boito Jr. (2018), a disputa entre o setor sucroalcooleiro e o setor de óleo e gás foi um dos elementos de insatisfação de parte da burguesia interna que contribuíram para a desestabilização política do governo Dilma. Nesse sentido, Teixeira (2013, p. 23) frisa a associação do BNDES com as empresas do agronegócio, favorecendo a criação de monopólios e a “desnacionalização e concentração do setor sucroalcooleiro”.

Para Osorio (2012, p. 73) “cada padrão de reprodução do capital apresenta

<sup>9</sup> LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

especificidades quanto ao uso que faz do espaço geográfico. O capital intervém no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige”. Assim, o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, ao qual o Brasil se associa, e que implica também um grande volume de importações de bens de consumo e meios de produção, “exige uma forte infraestrutura em portos, aeroportos e rodovias” (OSORIO, 2012, p. 74).

A infraestrutura teve papel bastante especial na conformação da hegemonia durante os governos Lula, principalmente após o lançamento do PAC. Filgueiras e Gonçalves (2007) constatam que o PAC teve o papel de investir em infraestrutura para consolidar a produção e exportação de produtos primários, fortalecendo o bloco dominante. E de fato, conforme balanços do programa realizados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) entre 2007 e 2010, bem com os elogios presentes nos documentos, nota-se uma satisfação da burguesia brasileira, em especial a grande burguesia interna, com a implementação do PAC. Esse importante elemento de consolidação da hegemonia durante os governos do PT se esgotou com a ofensiva da crise econômica e o golpe. Em 2012, ainda que muitas obras estivessem em andamento, o programa recebia muitas críticas especialmente da fração industrial em razão da lentidão e da burocracia imposta para a realização das obras. Nesse contexto, Dilma lançou o Programa de Investimento em Logística (PIL), o qual, por sua vez, visava “estimular investimentos privados” por meio das concessões, com destaque para os maiores aeroportos brasileiros. Em 2016, após o golpe, com boa parte das obras do PAC paralisadas, e com a construção pesada já deslocada da boa posição que havia conquistado no bloco no poder, Temer lança o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com vistas à desestatização declarada e maior abertura ao capital estrangeiro<sup>10</sup> em diversos setores de infraestrutura, inclusive 13 aeroportos (ANAC, 2020).

Fica clara a demanda por um Estado que garanta as condições de reprodução do capital, ao passo em que atua como um seguro, compartilhando riscos e prejuízos, como nos casos da comercialização de energia, em que o Estado perde controle sobre a gestão, mas ainda arca com os riscos. Como lembrado por Netto (2011), as funções diretas desempenhadas pelo Estado remetem à subsídios às empresas e socialização das perdas, especialmente na administração das crises.

<sup>10</sup> De acordo com PPI (2020), “Um estrangeiro poderá participar de uma proposta para estudos de Parceria e das licitações de um projeto? Sim, desde que não haja explicitamente alguma restrição no edital”.

### 3. A política social desejada pela burguesia: mote de resolução da crise

Dando continuidade ao que fora exposto sobre como as frações burguesas se posicionam em relação às políticas estatais, esta seção visa explicitar as demandas direcionadas às políticas sociais. É importante ressaltar que os documentos não tratam a política social como tal, e as demandas são mais dispersas e difusas. Indubitavelmente, as questões trabalhistas e previdenciárias são as maiores prioridades para o conjunto da burguesia, posto que remetem mais diretamente ao antagonismo entre capital e trabalho e aos nichos para ampliar a acumulação. Isso não quer dizer, contudo, que as demais políticas não sejam campos abertos às distintas frações, na medida em que permitem a ampliação da reprodução do capital.

Demier (2017, p. 47), em uma observação quase lúdica, destaca que “os parlamentos não votam a favor ou contra a ‘mais-valia’, ela simplesmente (economicamente) existe”. O autor ressalta, entretanto, que a intensidade dessa exploração pode ser debatida e até mesmo reduzida em razão das pressões dos movimentos da classe trabalhadora. No caso das políticas sociais, a disputa por sua existência e manutenção, como formas de salário indireto para a garantia da reprodução da força de trabalho, é uma luta constante da classe trabalhadora, ainda que sob a dependência existam limitações mais severas para efetivação dos direitos do que nos países centrais. O que se observa no período analisado nos documentos (2010-2018) é que suas demandas têm sido atendidas não somente no que concerne às políticas econômicas, mas também às políticas sociais. Até 2014, a conciliação de classes dos governos petistas permitiu alguns avanços na área social, embora entremeados por muitos aspectos que favoreceram a burguesia em detrimento dos trabalhadores. Em cada uma das políticas é possível assinalar elementos da conciliação, com benefícios muito superiores ao capital. No entanto, aqui o intuito não é debater as minúcias de cada política, mas destacar as demandas da burguesia no que se refere aos elementos que permeiam as políticas sociais.

Assim, a partir das demandas e recomendações descritas nos documentos, foi feita uma sistematização que visa expor suas principais contradições e como atenderam ao objetivo de estabelecer e recompor a hegemonia.

#### *Trabalho*

As relações de trabalho têm papel central para todas as entidades, com menor peso para a Febraban. Os documentos das demais entidades apresentam reclamações acerca do

custo da mão de obra e das exigências que “engessam” e “burocratizam” a regulação do trabalho (CNA, 2014, 2018; CNI, 2014, 2018; CNC, 2010, 2015, 2016). As recomendações como o trabalho em domingos e feriados, redução do tempo de alimentação, não inclusão em nenhuma hipótese do tempo de deslocamento na jornada, revisão dos mecanismos de concessão do seguro-desemprego (atendida por Dilma em 2015), dentre outras indicações visam explicitamente reduzir direitos trabalhistas. É um círculo vicioso da exploração, pois alegam que o excesso de legislações e regulações faz com que os empresários não as cumpram, o que penaliza os trabalhadores. Como solução, reivindicam novas leis que restringem os direitos ao ponto de tornarem legais as práticas penalizadoras. Nesse sentido, Linhares (2019, p. 50) defende que “a desregulamentação não necessariamente significa a eliminação de regulamentos e leis, podendo, ao contrário, traduzir-se em novas leis que objetivam reconhecer juridicamente diferentes tipos de contrato que rebaixam direitos anteriormente definidos”.

Como ilustração, a agenda legislativa da indústria é um instrumento onde a CNI apresenta o que está em pauta no Congresso e quais são os projetos com os quais converge ou diverge. A pauta mínima da agenda legislativa no ano de 2014 era conformada por 14 pontos prioritários. Desses, a CNI apresenta divergência com apenas dois: redução da jornada de trabalho e vedação à dispensa imotivada. O primeiro visava reduzir de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal de trabalho e aumentar a remuneração da hora extra de 50% para 75% do valor da hora normal. A posição da entidade para defender a não aprovação era de que “a medida eleva os custos da folha de pagamento, podendo impactar de forma drástica as micro e pequenas empresas, especialmente” (CNI, 2019, p. 14). O segundo projeto, de vedação à dispensa imotivada, propunha a obrigatoriedade de a empresa comunicar os motivos do desligamento em casos de demissão sem justa causa, conforme Convenção nº 158 da Organização Mundial do Trabalho (OIT). A posição divergente da CNI (2019, p. 17) foi de que “caso seja adotada, a norma criará enorme rigidez no mercado de trabalho, estimulando a informalidade e criando dificuldades às negociações coletivas”. Com os outros 12 pontos a CNI apresentava convergência, dentre os quais destacam-se aprovação da terceirização irrestrita, extinção do adicional de 10% do FGTS, o Novo Código de Mineração para desburocratizar as concessões de alvarás e autorizações de pesquisa e exploração mineral, além da aprovação da tributação de lucros e dividendos de empresas brasileiras no exterior apenas pelo país de destino do investimento. Ou seja, os interesses são explícitos: o fundo público deve ser direcionado ao capital, ao passo em que os únicos projetos que visavam ampliar os direitos dos trabalhadores eram negados e combatidos. A CNC (2010) também

menciona a rejeição da PEC 231, que propunha redução de jornada de 44 para 40 horas e não ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sintonia com as demandas da CNI.

A terceirização irrestrita, para atividades-meio e atividades-fim, é apresentada como prioridade em todos os documentos analisados, com exceção daqueles da Febraban. Enquanto a CNC (2015) chega a divulgar um documento exclusivo sobre o tema, a Febraban dedica apenas três linhas para comentar que “em 2017, a Febraban continuará a acompanhar a regulamentação da Lei de Terceirização, que modifica pontos importantes da legislação trabalhista no País, e suas implicações para o setor” (FEBRABAN, 2016, p. 54). Os relatórios anuais, com exceção do de 2016, não mencionam a terceirização, a não ser para se referir ao quantitativo de funcionários terceirizados na própria sede da entidade em São Paulo. Isso é interessante pois parece expressar que as relações de trabalho não são prioridade nas demandas dos bancos<sup>11</sup>, uma vez que são remunerados pelos juros, parte resultante da mais-valia gerada em outros ramos de atividade do capital. Por outro lado, as demais frações, em especial o comércio que dispense maior parte de seus custos com salários, se engajaram ativamente na aprovação da contrarreforma trabalhista, com destaque para a terceirização. Em síntese, os setores que mais empregam, naturalmente possuem mais interesse na contrarreforma trabalhista. É importante lembrar, ademais, que a demanda pela terceirização e a incapacidade de Dilma de aprovar essa pauta explica parte das razões da burguesia para a articulação do golpe.

Nesse viés, a CNI elabora em 2018 um documento de balanço das 36 propostas apresentadas ao governo três anos antes para “ajudar o país a sair da crise”. De acordo com a CNI (2018), mais da metade das propostas foram realizadas, ainda que algumas de maneira parcial (19 de 36). Todavia, “entre as 17 não concluídas, 6 estão em discussão no Congresso (poderão ser concluídas no próximo ano e 2 tiveram sinalização positiva do Executivo. Em suma, apenas 9 das 36 propostas não apresentam avanço” (CNI, 2018, p. 9). Inclusive, o documento destaca que a área que apresentou melhores resultados foi “Relações de Trabalho”, pois das quatro propostas feitas todas foram efetivadas.

Destaca-se, ainda, a reclamação da CNI (2014, p. 13) ao afirmar que “no Brasil, nos últimos 10 anos, a remuneração real do trabalhador industrial cresceu 21%, mas ele tornou-se, em média, apenas 1,8% mais produtivo, limitando o aumento da produção”. A valorização do

<sup>11</sup> Obviamente, aprovada as medidas da contrarreforma, os bancos também se beneficiam nas relações de trabalho com seus empregados. Ainda assim, enquanto isso aparece como prioridade nos documentos das demais entidades, a Febraban não trata do tema.

salário mínimo durante os governos petistas, ainda que acima da produtividade, não significa que essa é uma realidade estrutural. Se nesse momento houve valorização acima da produtividade e ainda assim não foi capaz de sustentar a reprodução do trabalhador dentro dos parâmetros do mínimo necessário, tal demanda explicita a insuficiência histórica dos salários no Brasil e a necessidade do capital de manter a superexploração da força de trabalho. Nos momentos em que não incrementa a produção com progresso técnico ou quando não consegue competir no mercado mundial, a solução apresentada é contenção dos já baixos salários em relação à remuneração nos países centrais.

Por fim, tem especial apelo – por evidenciar as características desta lumpenburguesia – as reivindicações da CNA referentes ao trabalho escravo. A Instrução Normativa 91/2011 do MTE, que normatiza a fiscalização, é duramente criticada no documento com o argumento de que “meras irregularidades trabalhistas” são “confundidas com a prática do trabalho escravo” (CNA, 2014, p. 46). Essa demanda é especialmente relevante para o agronegócio, na medida em que grande parte das denúncias de trabalho em condição análoga à de escravo são provenientes das áreas rurais, e muitas das ações de enfrentamento e fiscalização são dirigidas às práticas de parcela dos empregadores rurais (MTE, 2011). É surpreendente o caráter absurdo de amenização dos vínculos de trabalho aquém de padrões civilizatórios mínimos explicitado pela entidade. Mas ainda mais revelador foi o atendimento dessa demanda por parte do governo Temer, que publica em outubro de 2017 a portaria 1.129/17. A portaria estabelecia novas regras para a caracterização de trabalho análogo ao escravo e para o cadastro de empregadores que submetem trabalhadores a tal condição, retirando a jornada exaustiva e condição degradante da tipificação; apenas a privação do direito de ir e vir caracterizaria trabalho análogo ao escravo, compreensão distinta daquela pautada pelo MTE e no Código Penal<sup>12</sup>. Por sua natureza extremamente violenta, foi combatida por diversos movimentos sociais e inclusive pelo STF, sendo revogada por Temer com a publicação da portaria 1.293/17, de dezembro do mesmo ano.

### *Previdência social*

A reforma da previdência é uma demanda pautada em todos os documentos das

<sup>12</sup> “À luz do artigo 149, do Código Penal, verifica-se que, de forma simplificada, o trabalho em condição análoga à de escravo é tipificado penalmente diante de quatro condutas específicas: a) sujeição da vítima a trabalhos forçados; b) sujeição da vítima a jornada exaustiva; c) sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho; d) restrição, por qualquer meio, da locomoção da vítima em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (MTE, 2011, p. 12).



entidades, com exceção da CNA. Os argumentos consensuais são expansão do déficit da previdência<sup>13</sup> e a sustentabilidade dos benefícios no futuro; aumento da expectativa de vida e existência do regime próprio para servidores públicos, além de privilégios a determinados grupos, como problemas a serem resolvidos com a reforma. De acordo com a Febraban (2018, p. 13), a aprovação das reformas estruturais, especialmente da Previdência Social, é imperativa para alterar o cenário de recessão. Alguns documentos propõem claramente a substituição do atual modelo por um “sistema básico de capitalização”, como é o caso da CNC (2010)<sup>14</sup>.

Já a Febraban (2018, p. 51), ao comentar o crédito consignado, destaca que a principal modalidade é a destinada aos trabalhadores do setor público (56,7% do saldo da carteira), seguida de aposentados e pensionistas da Previdência Social – INSS (37,5%) e de trabalhadores do setor privado (5,8%). Com isso, nota-se que a previdência pública via INSS, é um nicho importante de lucratividade para os bancos, para os quais a substituição integral do atual modelo por outro de capitalização não seria vantajosa, posto que podem lucrar com o crédito consignado ao mesmo tempo em que vendem planos de previdência privada complementar. Esse tema é tratado com afincio por Moura (2016), ao demonstrar como as contrarreformas da previdência foram utilizadas para aumentar a expropriação financeira<sup>15</sup>, incidindo também sobre os salários e legitimando a ação do Estado na expropriação das condições de vida dos trabalhadores pelo capital.

“Reformar” a previdência se tornou, para o capital, uma das principais medidas de seu ajuste, tendo em vista ser esta uma política que conta com um grande volume de arrecadação no âmbito do Estado. A proposta é, desse modo, reduzir a previdência pública e ampliar o espaço para os fundos de pensão, sob o mote da complementariedade da previdência privada. O crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS surge após a consolidação das duas fases da contrarreforma da previdência e se configura como nova faceta para canalizar o dinheiro das aposentadorias no mercado de capitais. Conecta-se a esse contexto por ser uma proposta que alia simultaneamente a ampliação do consumo, mesmo com

<sup>13</sup> O argumento do déficit previdenciário tem sido utilizado desde a década de 1990 como justificativa ideológica para as contrarreformas (SALVADOR, 2020). Também Silva (2018, p. 151) caminha na direção de desmistificar o déficit, explicando que “não existe um orçamento da Previdência, mas um orçamento da Seguridade Social [...], o qual tem sido superavitário, apesar das renúncias fiscais e dos desvios de recursos para outros fins”.

<sup>14</sup> Em 2018, contudo, outro documento da CNC indicou, após uma série de propostas sobre as alterações que julga necessárias, que “a reforma da Previdência Social é fundamental, devendo ser realizada, passo a passo sem a necessidade de uma mudança dramática do atual sistema de participação para outro de capitalização”. Nesse caso, a afirmação parece remeter a busca por um consenso em torno da aprovação da reforma, visto que a proposta de Temer (PEC 287/2016) não chegou a ser aprovada.

<sup>15</sup> Segundo Moura (2016, p. 382-384), “a expropriação financeira, própria do momento de maior protagonismo do capital portador de juros, apoia-se na criação de mecanismos de submissão dos trabalhadores ao sistema bancário e, para tanto, o crédito apresenta-se como fundamental. [...] Quando o juro é pago pelos trabalhadores significa que é o trabalho necessário que está remunerando o capital. Isto posto, podemos afirmar que a rentabilidade do capital portador de juros depende tanto da exploração do trabalho, ou seja, do trabalho excedente, quanto da apropriação do trabalho necessário”.

rebaixamento do valor das aposentadorias, e sucção feita pelos bancos de uma parte considerável da aposentadoria para pagamento de juros (MOURA, 2016, p. 376).

A proposta de contrarreforma da previdência já vinha sendo esboçada por Dilma, e foi apresentada por Temer por meio da PEC n. 287/2016. Embora devastadora do ponto de vista da restrição de direitos, não chegou a ser aprovada durante seu governo<sup>16</sup>. De acordo com Silva (2018, p. 131), “esse movimento de contrarreforma é oscilante, ora mais intenso e agressivo, ora mais sutil, dependendo da conjunção de fatores e do grau de comprometimento e capacidade de reação dos governos às pressões do capital financeiro, que se alimenta da dívida pública”. Para a autora, a PEC n. 287/2016 “constitui a mais agressiva proposta de restrição de direitos da história da Seguridade Social, com ênfase na Previdência Social”.

Uma das possibilidades aventadas neste trabalho sobre as motivações da burguesia para o golpe era a incapacidade de Dilma para aprovar a contrarreforma trabalhista, o que não ocorria com a contrarreforma da previdência, já que o governo havia sinalizado que estaria disposto a aprová-la, em conformidade com a postura dos governos petistas desde 2003. Se à regulação do trabalho correspondem em grande medida as demandas das frações industrial, comercial e agrária, a previdência interessa especialmente aos bancos e ao capital financeiro em geral, interno e estrangeiro. Isso fica evidente na análise dos documentos da Febraban.

Curiosamente, a demanda pela reforma da previdência está completamente ausente das reivindicações da CNA<sup>17</sup>, a qual, por sua vez, dá bastante peso às questões trabalhistas. Esse fato não significa que a entidade não tenha tido interesse pela aprovação da contrarreforma, mas que esta não é prioridade dentre suas necessidades imediatas, tal qual outras questões mencionadas nos documentos.

### *Educação*

Todas as entidades, com exceção da Febraban, mencionam a relevância da educação em termos mais genéricos. A CNI (2014) prioriza ações educativas para o mundo do trabalho e elevação da produtividade, como a demanda ao governo pela opção do ensino médio articulado com a educação profissional. A CNA (2014) ressalta a necessidade de destinação de

<sup>16</sup> Em 2019, o governo Bolsonaro encaminhou uma proposta ainda mais violenta ao Congresso. O texto aprovado em novembro de 2019 deixou de fora capitalização (poupança individual), mudanças na aposentadoria de trabalhadores rurais e alterações no pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao idoso ou à pessoa com deficiência (G1, 2019). Ainda assim, foram aprovadas alterações como: estabelecimento da idade mínima, mudanças no cálculo dos benefícios e nas alíquotas de contribuição em relação aos salários, restrições nos valores da aposentadoria por invalidez e pensão por morte, limites para acúmulo de benefícios, dentre outras.

<sup>17</sup> É importante lembrar que a agroindústria tem desoneração tributária da contribuição previdenciária. Vide Lei nº 8.212/1991.

recursos e estabelecimento de políticas educacionais para o campo, destacando a precariedade das escolas rurais e a dificuldade de acesso dos jovens aos cursos de formação profissional, técnico ou superior. Já a CNC (2010) se remete mais diretamente à política nacional de educação, realçando a parceria entre o Governo e a iniciativa privada. A entidade salienta seu engajamento na elaboração da proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE) – cuja meta era atingir 10% do PIB para a educação.

A presença de uma meta maior de investimentos para educação como demanda da fração comercial está associada à necessidade de reprodução do capital que oferta serviços privados educacionais. Notam-se as limitações da pauta dos movimentos sociais de 10% do PIB para a educação, na medida em que tais recursos podem ser destinados também para a educação privada. A União Nacional dos Estudantes (UNE), a época bastante vinculada ao governo federal, atestava a defesa dos 10% do PIB para educação no PNE (UNE, 2012). Entretanto, a oposição de esquerda ao governo buscou articular a campanha em torno da educação pública (SINDPPD/RS, 2011). Sobre essa questão, destaca-se o trabalho de Mancebo e Vale (2013), o qual informa como as instituições privadas de educação superior<sup>18</sup> conquistaram espaço no mercado a partir da década de 1990, oportunizando investimentos de alto rendimento para o capital financeiro. Políticas governamentais como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) explicitam o direcionamento dos gastos públicos ao segmento privado, ampliando as frentes de acumulação para o grande capital. Assim, infere-se que o crescimento das universidades privadas e conglomerados educacionais favoreceram as frações comercial e bancário-financeira da burguesia, contribuindo para a consolidação da hegemonia no período analisado.

Ademais, o principal consenso entre todas as frações da burguesia e documentos é a articulação com as universidades. Reivindicações como a reestruturação dos cursos de engenharia para adaptá-los às necessidades da indústria<sup>19</sup> (CNI, 2014), a construção de laboratórios nas universidades para atender às exigências das empresas (CNA, 2014), ou mesmo a instituição da Febraban como maior patrocinador privado do Programa Ciência sem Fronteiras (FEBRABAN, 2012) são ilustrações de como a burguesia se apropria do fundo público pela via da educação para o mercado e produção de ciência e tecnologia nas universidades. De acordo com Breda (2011, p. 43), “os Estados organizarão, assim, um sistema de ensino capaz de formar os cientistas e técnicos necessários à pesquisa básica e

<sup>18</sup> O trabalho citado analisa o caso da Universidade Estácio de Sá (UNESA) para ilustrar o argumento.

<sup>19</sup> Sobre esse tema, vide Seki (2014), “O Capital e as universidades federais no Governo Lula: o que querem os Industriais?”

aplicada; absorverão as etapas da pesquisa mais custosas e arriscadas, principalmente a pesquisa básica; financiarão direta e indiretamente a pesquisa aplicada das empresas, através de linhas de crédito, subsídios, utilização de estruturas universitárias, parcerias governo-empresa, etc”.

É possível observar que temas como adequação de currículos, monitoramento de professores e meritocracia – os quais podem ser considerados instrumentos de conformação da hegemonia por meio dos aparelhos privados de hegemonia – são bastante centrais especialmente para a CNI, se sobrepondo a mais recursos e melhores salários. Isso fica ainda mais evidente quando o documento dessa entidade afirma que “o Brasil precisa encontrar tecnologias que permitam educar e formar melhor, em larga escala, mais rapidamente e a baixo custo”, sendo a principal delas o *ensino a distância* (CNI, 2014, p. 136). Tais demandas de formação com baixo custo se sintonizam com a política fiscal restritiva reivindicada pela entidade.

Por fim, os documentos destacam consensualmente o papel das entidades ligadas ao Sistema S (Sesc-Senac, Senai, Senar), e a Febraban coloca a atuação do Instituto Febraban de Educação (Infi) com centralidade em seus documentos. A CNA (2014) chega a mencionar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) como importante iniciativa do governo em 2011, e reivindica a parceria do Programa com o Senar para ampliação de vagas em cursos de profissionalização no “Brasil rural”. As iniciativas são mais direcionadas a profissionalização e educação corporativa, e estiveram em harmonia com as políticas de conciliação implementadas pelo PT, como a grande ampliação de vagas no ensino técnico (BOITO JR., 2018).

### *Saúde e saneamento básico*

A saúde, em seu caráter de política social pública, aparece com prioridade apenas no documento da CNC. A CNA não menciona em nenhum dos documentos analisados (CNA, 2014, 2018), e a Febraban comenta apenas aspectos da saúde e segurança no trabalho em um dos relatórios analisados (FEBRABAN, 2015). Nos documentos da CNI, a saúde aparece primeiramente associada ao saneamento – este sim de interesse maior da indústria –, ao mencionar que “ampliar o atendimento dos serviços de água e saneamento no país representa ganhos diretos em termos de [condições de] saúde” (CNI, 2014, p. 122). A saúde como política social aparece no último item do documento, sobre desenvolvimento regional, onde observa-se a recomendação de “garantir, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a

elevação dos recursos públicos para saúde, educação e saneamento, por meio da fixação de percentuais mínimos a serem destinados às regiões deprimidas, em consonância com o art. 165 da Constituição Federal” (CNI, 2014, p. 265).

Parece contraditório que a CNC (2010) e a CNI (2014) “defendam” o fortalecimento do SUS ou a elevação de recursos públicos para a saúde, ao passo em que reivindicam e elogiam a EC 95 e as “reformas estruturais”, medidas que inviabilizam o fortalecimento ou ampliação dessa política. Ainda assim, é interessante vislumbrar porque isso ocorre do ponto de vista da acumulação, para além da retórica ideológica. A fração comercial da burguesia é justamente a que mais tem a ganhar com os serviços de saúde privados, seja pela via dos hospitais, laboratórios e comercialização de equipamentos hospitalares. Assim, a saúde acaba por se tornar um nicho de acumulação, o que pode favorecer o interesse da entidade por esse tema.

Cislaghi (2018) debate a categoria “serviços” com base em Marx<sup>20</sup>, e verifica que, mesmo oferecidos pelo Estado, os serviços sociais estão inseridos no circuito do capital. Contudo, “quando o excedente de capital necessita de novos espaços de valorização e os trabalhadores não conseguem reagir evitando a retirada ou redução desses direitos [...], os serviços passam de auxiliares indiretos para diretamente espaços de valorização do capital” (CISLAGHI, 2018, p. 121). A autora destaca inclusive os subsídios do fundo público para essa valorização no que se refere aos serviços de saúde privados, a partir dos mecanismos como o consumo estatal de medicamentos, equipamentos e serviços de saúde, as desonerações tributárias para o setor – como demonstrado na seção anterior com a estabilidade das desonerações para a saúde mesmo em períodos de crise –, o repasse do orçamento público para entidades sem fins lucrativos e o caso peculiar das empresas públicas e sociedades de economia mista (CISLAGHI, 2015).

É possível tratar o interesse da CNI pela política de saneamento sob a mesma ótica, posto que as empresas de infraestrutura representadas pela entidade têm interesse na operacionalização e cobrança desse serviço, conforme destacado pelo documento (CNI, 2014). É interessante observar como são defendidos os interesses da indústria nesse quesito, pois afirma-se que “todos ganham com a expansão do saneamento: as pessoas, as empresas, as cidades, o país” (CNI, 2014, p. 122). Em entrevista à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fiocruz, o professor do departamento de Engenharia Ambiental da

<sup>20</sup> Cislaghi (2018, p. 130) afirma que a teoria de Marx “não limita a produção de riqueza à materialidade da produção, sua potencialidade está exatamente em perceber a produção do valor e da mais-valia como parte de uma relação social histórica e não de uma relação de produção de coisas”.

UFBA, Luiz Roberto Moraes, afirma que a parceria público-privada funciona nos moldes do *capitalismo sem riscos*, “através de linhas de crédito a juros baixíssimos, apropriando-se desses recursos, e uma vez no exercício da operação e manutenção, ou seja, da exploração dos serviços públicos de água e esgoto, ele praticamente determina para onde é que vai expandir o serviço, para onde é que vai prestar” (EPSJV/Fiocruz, 2016). Isso faz com que os territórios que mais necessitam de investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário não sejam priorizados pois não apresentam potencial de lucratividade. Em resposta às demandas do capital, foi aprovada em 2018 a Medida Provisória (MP) nº 844/2018, que alteraria o marco legal do saneamento básico no Brasil, e abriria ainda mais espaço para privatização. No entanto, perdeu vigência no mesmo ano<sup>21</sup> (AGÊNCIA SENADO, 2018).

No caso da saúde, as medidas de fortalecimento dos “novos modelos de gestão” e, portanto, de enfraquecimento do SUS, foram aprofundadas e consolidadas pelos governos petistas, contribuindo para a convivência da burguesia para com eles. A aprovação da EBSEH se deu por meio de violenta repressão em boa parte das universidades brasileiras entre 2012 e 2013. Fernandes (2017) discute os efeitos da implantação da EBSEH inclusive nas condições de trabalho, posto que os espaços ocupacionais passaram a congregar servidores e celetistas, com diferenças salariais e de controle sobre a força de trabalho, criando diversos problemas laborais. Segundo a autora, a gestão pela empresa tem tido efeitos negativos para os trabalhadores dos hospitais e para a população usuária, em uma demonstração da política de saúde condicionada pelo direcionamento do fundo público ao capital. Em seus termos, “os efeitos das escolhas político-econômicas de nosso tempo tem sido, portanto, dramáticos para a única política social de fato universal, que progressivamente tem se tornado esfera de valorização do capital com repercussões irremediáveis na vida dos usuários e nas relações de trabalho ali engendradas” (FERNANDES, 2017, p. 77).

Nota-se, assim, as limitações para a universalização das políticas sociais no capitalismo dependente (ROCHA, 2017). Se nos países imperialistas isso foi possível em algum grau em determinados momentos históricos, sob a dependência fica evidente sua impossibilidade, demonstrando que o projeto democrático-popular não poderia obter sucesso em nenhum cenário, exceto na ruptura com o capitalismo.

### *Acesso à terra e meio ambiente*

<sup>21</sup> Essa proposta vem sendo retomada no governo de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/empresas-publicas-de-saneamento-entram-na-mira-do-setor-privado/>. Acesso em 05/01/2020.

O Novo Código Florestal foi uma demanda de todas as frações, ao qual tecem elogios após sua aprovação, em 2012. O “aperfeiçoamento” do licenciamento ambiental se mantém como uma demanda em grande parte dos documentos, até mesmo da Febraban (2016). Observa-se que, nesse caso, a suposta agilidade esconde a necessidade de expansão irrestrita das atividades capitalistas, sem a devida responsabilidade com a preservação do meio ambiente. A “segurança jurídica” reivindicada pelas entidades significa a proteção do Estado para garantir as condições de exploração, fazendo-se pertinentes as afirmações de Mascaro (2018) acerca do caráter de classe do direito no capitalismo. As flexibilizações da legislação ambiental, em especial a reforma do Código Florestal, bem como a legalização das posses das terras na Amazônia via o programa Terra Legal, são acentuadas por Teixeira (2013) como exemplos de estratégias estruturais que passaram a ser implementadas para atender aos interesses da acumulação de capitais do agronegócio.

É notável que a CNA apresenta maior prioridade com relação a questão da terra. A contrariedade da fração agrária com relação à demarcação de terras indígenas e seus embates com a Funai são elementos que se destacam nos documentos (CNA, 2014, 2018). Também se incomodam com a criação de unidades de conservação, demandam maior rapidez na regularização das terras na Amazônia e na criminalização dos movimentos sociais do campo, além de regularização para aquisição de terras por estrangeiros.

Além disso, a CNA menciona que existem barreiras técnicas, não tarifárias, prejudiciais ao comércio agropecuário internacional, como por exemplo licenciamento para importações, burocracia alfandegária e medidas sanitárias e fitossanitárias. De acordo com o documento (CNA, 2014, p. 39), “divergências sobre a segurança de alimentos transgênicos restringem, por exemplo, o acesso da soja brasileira geneticamente modificada à União Europeia. O comércio de carnes também é dificultado por restrições sanitárias que, frequentemente, ocultam medidas protecionistas”.

Este trecho merece atenção especial, pois associado ao debate sobre a utilização de agrotóxicos, os produtos transgênicos não são aceitos em todos os locais, em função da imprecisão ao mensurar seus efeitos a longo prazo. No entanto, o mercado interno brasileiro absorve livremente tais produtos, posto que a legislação no Brasil é mais permissiva do que na maioria dos países com quem estabelece relações comerciais. O argumento de que as restrições sanitárias ocultam medidas protecionistas também coloca em pauta o debate sobre *soberania* e evidenciam a condição subordinada das economias dependentes. Países como Alemanha e EUA se utilizaram de políticas econômicas protecionistas para a consolidação da indústria e do desenvolvimento capitalista, mas hoje recomendam medidas de liberalização



comercial para os países periféricos (CHANG, 2004). No outro lado da equação, os Estados dependentes de fato ampliam mercados e diminuem restrições “técnicas” para a livre acumulação de capital, correspondendo às recomendações dos organismos multilaterais e inclusive indo além delas, com liberação de produtos e insumos proibidos especialmente nos países centrais. Nessa linha, Teixeira (2013, p. 20) reitera que o governo FHC “procedeu à reclassificação dos produtos agrotóxicos no Brasil, com a redução aleatória, ditada pelas empresas, dos níveis de toxicidade de venenos, em muitos casos, com utilização proibida em vários países do mundo”, o que “se mantém até os dias presentes”.

Se destacam, ainda, as “preocupações” da Febraban com relação à responsabilidade ambiental, demonstrando sua imbricação ao agronegócio e ao interesse por realização de empréstimos ao setor. Esse fenômeno expressa também a profunda capilaridade da financeirização na agricultura e sua relação com o Estado, no que Delgado (2013) caracteriza como a economia do agronegócio.

Teixeira (2013) aponta que as políticas estatais desenvolvidas desde 2003 intensificaram o apoio financeiro do Estado para o agronegócio, estabelecendo um conjunto de estratégias para consolidar a hegemonia do setor, com destaque para o monopólio do capital internacional de base primário-exportadora. Com isso, “cada vez mais a pauta de produtos do agronegócio tem ficado restrita a um pequeno grupo de produtos, fundamentalmente ditados pelo mercado externo. Em contrapartida, vê-se configurada a ameaça ao abastecimento interno dos alimentos que integram a dieta básica da população” (TEIXEIRA, 2013, p. 26). Esse aspecto remete ao que fora tratado por Marini (2011), acerca das características da dependência e da ruptura entre produção e necessidades das massas na América Latina.

Na mesma direção, Delgado (2013) observa que a pauta primário-exportadora exige cada vez mais terras para a expansão da produção de *commodities*, com intensiva e extensiva exploração de recursos naturais e do meio ambiente, reforçando a já histórica concentração fundiária. Segundo o autor, as consequências ambientais não são incluídas na conta dos empresários, mas podem ser detectadas na conta da sociedade: desmatamentos e queimadas, contribuindo para o efeito-estufa; crescimento da utilização de agrotóxicos; contaminações de solos, águas, alimentos e, principalmente, pessoas. O capital agrário se utiliza da terra e da força de trabalho de maneira descartável, podendo trocar locais e trabalhadores após seu esgotamento, mediante demissão e aquisição de novas propriedades ainda não desgastadas.

Esse processo não é transcorrido sem resistências; ao contrário, a classe trabalhadora do campo se organiza em movimentos sociais importantes como o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros. Diversos movimentos chamam atenção, ainda, para a implementação de técnicas de cultivo agroecológicas, com diversificação das culturas, o que vai de encontro à monocultura majoritariamente estabelecida nos grandes latifúndios. Entretanto, políticas e programas como o Pronaf – direcionado à agricultura familiar –, não conseguem fazer frente a força do agronegócio, que é muito mais favorecido com os recursos do fundo público. Soma-se a isso a diminuição da força da luta pela reforma agrária, em razão das políticas compensatórias estabelecidas no período dos governos petistas, bem como do fortalecimento da produção primário-exportadora e a hegemonia construída em torno de sua importância para o crescimento do país.

### **Considerações finais**

A conjuntura internacional e o sopro positivo na balança de pagamentos – com base na exportação de *commodities* e em uma centralidade do setor primário-exportador – permitiu a manutenção da hegemonia política do capital internacional financeirizado, ao passo em que melhorou também as condições de acumulação para a burguesia brasileira, com destaque para sua fração interna. Mas determinada pela dinâmica do capitalismo e da dependência, tais mudanças não poderiam ter vida longa. O governo de Dilma Rousseff se inicia com boa aprovação, que passa a decair na medida em que as condições de lucratividade para a burguesia e de reprodução da vida para a classe trabalhadora se deterioram. Sem condições de manter a conciliação de classes, a burguesia passa a buscar recompor a hegemonia em seus termos, especialmente a partir de 2013. O bloco no poder e mesmo as frações se reconfiguram, homogeneizando algumas das disputas que tiveram destaque no período imediatamente anterior (2003-2013).

Com uma insatisfação especialmente da fração bancário-financeira nos primeiros anos do governo Dilma em razão da chamada “nova matriz econômica”, se estendendo às demais frações cujas massa de mais-valia apropriada decaíam, junho de 2013 irrompe como o início de uma crise de hegemonia tanto em sentido restrito como amplo. Para a burguesia, o PT já não cumpria sua função de garantir a reprodução ampliada do capital com estabilidade política, e a classe trabalhadora, incluídas suas frações médias, passa a não reconhecer no petismo sua representação. Frente a crise de hegemonia, o bloco no poder se reconfigura e a burguesia, por meio de suas entidades, busca resoluções para a crise. Ainda que sem a conformação de uma frente única burguesa, os interesses das frações agrária, bancário-

financeira, industrial e comercial se unificam em torno da necessidade das contrarreformas, e são as políticas sociais que sofrem maiores alterações, conforme demandas expressas nos documentos de todas as entidades pesquisadas.

Os governos petistas foram responsáveis por parte importante das alterações nas políticas sociais, como as medidas inseridas na contrarreforma da previdência, as alterações no seguro desemprego, aprovação do Novo Código Florestal que afeta o acesso a terra, dentre inúmeras outras. Embora Dilma tenha sinalizado que estaria disposta a ceder para medidas ainda mais ofensivas na direção do atendimento à burguesia, demonstrava desconforto e resistência com a aprovação da contrarreforma trabalhista reivindicada por todas frações da burguesia, conforme os documentos analisados. Essa foi uma das razões pelas quais a saída burguesa para a crise brasileira exigia a deposição da presidente, naquele momento tanto uma crise de representação como uma crise de acumulação. As expropriações sobre os direitos, com a recomposição das políticas sociais, mostram-se essenciais para a reprodução do capitalismo, e de fato foi possível observar o retorno do crescimento da massa de mais-valia a partir de 2017 (ARUTO, 2019). A crise de hegemonia no interior do bloco no poder foi resolvida, posto que a burguesia e suas frações foram representadas e tiveram suas demandas atendidas por Temer.

Em síntese, foi possível para o governo conciliar interesses em função da conjuntura econômica internacional favorável entre 2003 e 2010, processo que foi revertido após 2011, demonstrando a impossibilidade estrutural da conciliação sob o capitalismo dependente, como tratado ao longo do trabalho.

## Referências

ANAC. Concessões. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/concessoes>. Acesso em 20/05/2020.

ARUTO, Pietro Caldeirini. Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais. *Tese de doutorado* – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra Reforma*. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. São Paulo: Xamã, 2001.

BOITO JR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BREDA, Diógenes Moura. Revolução científico-técnica e divisão internacional do trabalho: elementos para a análise da dependência tecnológica na América Latina. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 21-29, Set. 2013.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Elementos para a crítica da economia política da saúde no Brasil: parcerias público-provadas e valorização do capital. *Tese de doutorado* – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A categoria “serviços” na tradição marxista e o debate sobre os serviços na atualidade. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes. *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 113-132.

CNA [2014]. *O que esperamos do próximo presidente 2015-2018*. / Sistema CNA – Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/encontro-cna-confirma-propostas-apresentadas-pelos-presidenciaveis-para-agronegocio-8894>.

CNA [2018]. Desburocratizar para crescer. O agronegócio nacional e os seus aspectos burocráticos: desafios para promoção da competitividade. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/documentos-tecnicos/desburocratizar-para-crescer>

CNA. Quem somos. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/quem-somos-cna>. Acesso em 08/03/2020.

CNC [2010]. A CNC e os desafios do Brasil. Rio de Janeiro: CNC, 2010. 82p. Disponível em: <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/livros/cnc-e-os-desafios-do-brasil>.

CNC [2015]. Terceirização: considerações sobre a terceirização na sociedade contemporânea / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – Brasília: CNC, 2015. 18 p. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/temas-de-interesse-do-comercio>.

CNC [2016]. Artigo do Presidente [471A]: A CNC e o novo governo. Publicado em 27/04/2016. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/sumario-economico-1444>.

CNC [2018]. Artigo do Presidente [495A]: Aviso aos navegantes. Publicado em 09/10/2018. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/politica/artigos/aviso-aos-navegantes>.

CNC. História. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sobre/historia>. Acesso em 08/03/2020.

CNI [2012]. Confederação Nacional da Indústria. 101 propostas para modernização trabalhista/ Emerson Casali (Coord.). Brasília: CNI, 2012. 136 p. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/>.

CNI [2014]. Propostas da indústria para as eleições 2014. – Brasília: CNI, 2014. 276 p. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2014/11/propostas-da-industria-para-as-eleicoes-2014/#propostas-da-industria-para-as-eleicoes-2014-caderno-42-desenvolvimento-regional-agenda-e-prioridades%20>.

CNI [2018]. Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018: balanço final das propostas/ Confederação Nacional da Indústria –Brasília: CNI, 2018. 62 p. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/3/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018/#agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018>.

CNI. Pauta Mínima da Indústria. <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2014-pauta-minima%20>. Acesso em 27/11/2019.

CNI. Institucional. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sindicatos-por-estado/>. Acesso em 08/03/2020.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, edição especial, julho de 2013.

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

EPSJV/Fiocruz [2016]. Entrevista: Luiz Roberto Moraes. Publicado em 17/08/2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-saneamento-basico-passou-a-ser-um-novo-ambiente-de-negocios> Acesso em 05/01/2020.

FEBRABAN [2012]. Relatório Anual 2012. Disponível em: [https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Febraban\\_RA2012\\_11.pdf](https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Febraban_RA2012_11.pdf).

FEBRABAN [2015]. Relatório Anual 2015. Disponível em: <https://relatorioanual2015.febraban.org.br/pt/download/Febraban-RAO-2015.pdf>.

FEBRABAN [2016]. Relatório Anual 2016. Disponível em: <https://relatorioanual2016.febraban.org.br/pt/index.htm>.

FEBRABAN [2018]. Relatório Anual 2018. Disponível em: <https://relatorioanual2018.febraban.org.br/pt/index.html>.

FEBRABAN. A Febraban. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3031/9/pt-br/institucional>. Acesso em 08/03/2020.

FERNANDES, Rafaela Bezerra. Da conquista ao desmonte: um estudo sobre os

(des)caminhos da política de saúde em tempos de EBSEH. *Dissertação de mestrado* – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 207-236.

FRANK, Andre Gunder. *Lumpenburogésia: lumpendesarollo*. 3ª ed. México: Serie Popular Era, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

KHAIR, Amir [2010]. Investimento x custeio. Publicado em 25/04/2010. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-x-custeio,542628>. Acesso em 30/10/2019.

LINHARES, Marília Carvalho. As implicações da contrarreforma trabalhista na relação capital e trabalho no Brasil. Monografia de conclusão do curso de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da unesa. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, Mar. 2013.

MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012a.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Dominação burguesa e reprodução de classe no Brasil (1990-2016). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 175-206.

MOURA, Rivânia. Crédito Consignado: face da expropriação financeira no curso da contrarreforma da previdência. *SER Social*, Brasília, v. 18, n. 39, p. 374-390, jul.-dez./2016.

- MTE. *Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo*. Brasília: MTE, 2011.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2014a.
- OURIQUES, Nildo. Plano Real: o mito da estabilidade e do crescimento. Publicado em 04/08/2014b, Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em <https://diplomatique.org.br/plano-real-o-mito-da-estabilidade-e-do-crescimento/>.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. Volume 2. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- PPI. Perguntas frequentes. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/perguntas-frequentes>. Acesso em 20/05/2020.
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) – PLOA. Secretaria da Receita Federal, 2020.
- ROCHA, Mirella. Capitalismo dependente e Serviço Social. Crítica à formação social brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras contradições. *Tese de Doutorado* – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- ROCHA, Mirella. Crítica de uma morte anunciada: contribuições da TMD à análise da estratégia nacio-nal-democrática e democrática-popular. *REBELA*, v.9, n.3. set./dez. 2019.
- ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio; DWECK, Esther. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, e0223456, 2019.
- SALVADOR, Evilasio da Silva. As consequências das renúncias tributárias no financiamento da seguridade social no Brasil. *Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 19, ano 03, maio de 2015. Disponível em: [http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Revista\\_19.pdf](http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Revista_19.pdf).
- SALVADOR, Evilasio da Silva. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (Orgs.). *Brasil: Estado de bem-estar social?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 371-392.



SILVA, Maria Lucia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018.

SINDPPD/RS [2011]. Campanha 10% do PIB para a Educação Pública. Participe! Publicado em 10/11/2011. Disponível em: <http://www.sindppd-rs.org.br/campanha-10-do-pib-para-a-educacao-publica-participe/>. Acesso em 15/09/2019.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira. Rio de Janeiro, *Tese de doutorado*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ, 2006.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, edição especial, julho de 2013.

UNE [2012]. Vitória para a educação brasileira: Câmara aprova 10% do PIB para educação. Publicado em 17/10/2012. Disponível em: <https://une.org.br/2012/10/vitoria-para-a-educacao-brasileira-camara-aprova-10-do-pib-para-educacao/>. Acesso em 15/09/2019.